

PROCESSO Nº.: EPR-DES-2025/00983

CONSULENTE: CPL

PARECER Nº: 059/2025

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. PREGÃO ELETRÔNICO. RECURSO ADMINISTRATIVOS. ACERTO DAS DECISÕES PROFERIDAS PELA ILMA. PREGOEIRA.

I. DO RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pela Ilma. Pregoeira, acerca das decisões que proferiu no julgamento dos recursos interpostos pelas empresas PROJECTE ENGENHARIA, ARQUIETTURA, CONSTRUÇOES E CONSULTORIA LTDA, referente à sua inabilitação, e AMBIENTGEO ENGENHARIA LTDA, acerca da classificação e habilitação da empresa FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO.

No caso, a Ilma. Pregoeira desproveu o recurso da PROJECTE, ao passo que, na apreciação do recurso da AMBIENTGEO, decidiu pela realização de diligências complementares.

A consultante instruiu o processo com os seguintes documentos: análise de habilitação; decisão de habilitação; os dois recursos administrativos; parecer proferido pelo órgão técnico da EMPAER; e decisões sobre os três recursos.

É o breve relatório.

Passo a opinar.

II. DA FUNDAMENTAÇÃO

II.i. DA DECISÃO QUE DESPROVEU O RECURSO DA PROJECT

A PROJECT manifestou a intenção de interpor recurso na data de 07/04/2025, às 09h24, e apresentou as razões em 06/05/2025, de modo que manifestamente tempestivo.

Em seu recurso, a PROJECT sustentou, em síntese: (1) que cumpriu todos os requisitos de habilitação do edital; e (2) que não haveria inexequibilidade da proposta.

Inicialmente, importa destacar que a decisão que inabilitou a PROJECT o fez, tão somente, por ausência de comprovação de capacidade técnica quanto à certificação de imóveis rurais no SIGEF, mas não por inexequibilidade da sua proposta.

Portanto, o seu recurso deve ser apenas parcialmente conhecido, quanto à alegação de inabilitação. Por outro lado, deve ser negado conhecimento ao segundo argumento (exequibilidade da proposta), por afronta ao princípio da dialeticidade recursal, isto é, por não impugnar os fundamentos da decisão recorrida.

No capítulo do recurso que merece conhecimento, a recorrente aduz, em suma, **(a)** que a documentação acostada comprova qualificação técnica superior, em complexidade e quantitativos,

Rod. BR 230, S/N, LOTE 26 – LTO. Morada Nova,
Parque Esperança, CEP 58.108-502 – Cabedelo – PB
Tel: 83 3218-8162 – PABX: 83 3218-8101
e-mail: gabin@empaer.pb.gov.br
www.empaer.pb.gov.br



Assinado com senha por [EPR58282] [SENHA] JOÃO ALVES PINA FERREIRA NETO em 29/05/2025 - 12:49hs.
Documento Nº: 7831593.64107918-4482 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7831593.64107918-4482>



EPRDES202500983A

ao exigido pelo edital; **(b)** ausência de exigência de quantitativos mínimos pelo edital; **(c)** afronta à impessoalidade, por haver sido emitida opinião pessoal no parecer técnico; e **(d)** a validade do credenciamento realizado pelo engenheiro ALEXANDRE JOSÉ VILLAÇA DOS SANTOS.

De fato, o instrumento convocatório não traz quantitativos mínimos para comprovação da capacidade técnica, mas exige a comprovação documental de certificação de imóveis rurais no SIGEF.

Ocorre que, conforme já narrado alhures, a decisão de inabilitação da PROJECT fundou-se na ausência absoluta de comprovação de certificação de imóvel rural no SIGEF, e não em não atingimento de limite mínimo, de modo que não merece prosperar a referida alegação recursal.

Outrossim, é eloquente a conduta da PROJECT em indicar profissional (ALEXANDRE JOSÉ VILLAÇA DOS SANTOS) que não mantém e nem nunca manteve vínculo empregatício, societário ou contratual com a licitante, como responsável pelo credenciamento de imóveis no SIGEF.

É que a referido profissional, servidor da CODEVASF, fiscalizava a prestação de serviço da PROJECT, mas não mantinha com esta nenhum vínculo, de modo que eventual certificação realizada por este não lhe pode aproveitar.

Por fim, beira o absurdo a alegação de que o parecer emitido pelo órgão técnico da EMPAER violaria a impessoalidade, em razão de ter veiculado opinião do servidor que lhe subscreveu. Ora, como cediço, TODO parecer é ato enunciativo e, portanto, de natureza opinativa, de modo que é esperado que contenha, em seu bojo, opinião do parecerista.

Daí por que é comum o uso das expressões “em nosso sentir” ou “salvo melhor juízo”, dentre outras, o que em nada afeta a sua objetividade e em nada viola a impessoalidade do licitante.

Vale mencionar que o parecer não se confunde com a decisão da Pregoeira, esta sim de caráter decisório, a qual pode (ou não) fundar-se nas razões do parecer técnico (motivação aliunde).

Portanto, não havendo desacerto na decisão que inabilitou a PROJECT e nem havendo elementos que comprovem a realização de credenciamento de imóveis rurais no SIGEF, em qualquer quantidade, opina-se pelo desprovimento do recurso, com a consequente manutenção da decisão recorrida.

II.ii. DA DECISÃO QUE, NA ANÁLISE DO RECURSO DA AMBIENTGEO, DETERMINOU A REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES

A AMBIENTGEO manifestou a intenção de interpor recurso na data de 15/04/2025, às 10h10, e apresentou as razões em 05/05/2025, de modo que manifestamente tempestivo.

Em seu recurso, a PROJECT sustentou, em síntese: (1) que a empresa FREDERICO VASCONCELOS RIBEIRO não cumpriu todos os requisitos de habilitação do edital; e (2) que houve erro na proposta; (3) que houve erro no papel timbrado; e (4) ausência de declaração exigida pelo edital.

Rod. BR 230, S/N, LOTE 26 – LTO. Morada Nova,
Parque Esperança, CEP 58.108-502 – Cabedelo – PB
Tel: 83 3218-8162 – PABX: 83 3218-8101
e-mail: gabin@empaer.pb.gov.br
www.empaer.pb.gov.br



Assinado com senha por [EPR58282] [SENHA] JOÃO ALVES PINA FERREIRA NETO em 29/05/2025 - 12:49hs.
Documento Nº: 7831593.64107918-4482 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7831593.64107918-4482>



EPRDES202500983A

Inicialmente, a alegação de que o CAT de georreferenciamento referir-se-ia a apenas 2.700 (dois mil e setecentos) hectares não merece prosperar, sob pena de violação ao postulado da vinculação ao instrumento convocatório, vez que o edital não traz quantitativo mínimo.

Nada obstante, chama atenção que o atestado foi emitido por pessoa física, o que, em tese, pode violar o Item 11.3.4., alínea 'a', do edital. **Desse modo, faz-se necessária a realização de diligência, para que seja oportunizado o saneamento do vício.**

Por outro lado, não prosperam a alegação de ausência de registro da empresa e do seu sócio no CREA e de erro no papel timbrado, o que se rechaça, de plano, da simples análise dos documentos acostados.

Outrossim, a alegação de erros na proposta também não merece guarida, eis que, sendo sanáveis, podem (e foram) objeto de diligências de saneamento, conforme permissivo dos Itens 9.7 e 9.7.2 do Edital. Ademais, no tocante à tributação, em qualquer caso, será observada a determinada pela legislação vigente para o caso concreto.

Por fim, a ausência de declaração sobre fato pré-existente enquadra-se como vício sanável, nos termos do item 11.4.1. do edital, de modo que pode ser objeto de diligência, para fins de saneamento.

Desse modo, faz-se necessária a abertura de prazo, para que seja oportunizado o suprimimento do vício.

III. DA CONCLUSÃO

Pelo exposto, opina-se pelo acerto das duas decisões proferidas pela Ilma. Pregoeira, ressaltando, contudo, o entendimento de que o recurso da PROJECT deve ser parcialmente conhecido, apenas quanto à alegação de inabilitação, e deve ser negado conhecimento quanto ao segundo argumento (exequibilidade da proposta), por afronta ao princípio da dialeticidade recursal, isto é, por não impugnar os fundamentos da decisão recorrida.

É o parecer, S.M.J.

Cabedelo, 29 de maio de 2025.



João Alves Pina Ferreira Neto
Assessor Jurídico, OAB/PB 18.226

